

Oportunidades perdidas

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

O homem é o homem mais suas circunstâncias, de acordo com Ortega y Gasset, pensador espanhol. As instituições também são confrontadas por suas circunstâncias. O Partido dos Trabalhadores (PT), criado em São Paulo, nos anos 1980 do século passado, por líderes metalúrgicos com apoio explícito de uma ala da Igreja Católica, sempre se distinguiu por assumir uma postura de esquerda, mas conviver bem com empresários. Afinal, trabalhadores e patrões precisam conversar e negociar, mesmo que seja sob pressão de greves. O PT tentou fugir do antigo modelo getulista de aderir ao governo e dizer amém ao presidente.

Mas sua trajetória foi marcada por erros, que se inscreveram para sempre na sua história. O comando expulsou os deputados que assinaram a Constituição de 1988, considerada demasiadamente burguesa. O partido virou as costas para o símbolo maior da redemocratização do país. Depois, decidiu não aderir ao Plano Real, reduzido, segundo seus exegetas, a mero expediente para influir nas eleições presidenciais. Na realidade, foi esse plano econômico que liquidou a hiperinflação no país. Os jovens não sabem o que é hiperinflação, fenômeno que obrigava o consumidor a gastar seu salário quando o recebia. Os preços aumentavam todos os dias.

É do conhecimento daqueles que acompanham a política brasileira que lideranças do PT não gostam de cumprir acordos. Quando está em posição hegemônica, o partido costuma avançar sobre outras legendas, sem hesitações. Mas em termos de política externa, recentemente, anunciou aproximação com o Partido Comunista Chinês, o que parecia ser uma abertura para que o Brasil caminhasse para um capitalismo controlado, que deu resultados extremamente positivos no Império do Meio. Mas os petistas têm seus limites e seus paradoxos. Acabam de declarar apoio ao presidente Nicolás Maduro, que venceu as eleições na Venezuela por meio de um golpe anunciado. Fraude por todos os lados. Prisões de mais de mil pessoas, desaparecimento de líderes e falsificação de documentos eleitorais. Na revolta popular, morreram mais de 20 pessoas.

Mas o PT vai a público para avaliar que o pleito foi legítimo, ocorrido em ambiente de liberdade. Maduro, segundo o Partido dos Trabalhadores, é o presidente de uma Venezuela democrática. A declaração está de acordo com os pontos de vista dos governos de China, Rússia, Cuba, Irã e Coreia do Norte. O governo de

Caracas rompeu relações com a Argentina e com o Peru, além de retirar embaixadores de outros cinco países latino-americanos. A Embaixada do Brasil passou a representar os negócios argentinos e peruanos na Venezuela. A política externa dá muitas voltas e coloca antagonismos — no caso, Brasil e Argentina — no mesmo lado. Os norte-americanos reconheceram a vitória do opositor Edmundo González Urrutia.

O presidente Lula tentou não favorecer, nem prejudicar, o homem forte da Venezuela, que é apoiado de maneira ostensiva pelos chefes militares. Maduro não tem ideologia, nem chega a ser um líder da esquerda latino-americana. Ele é apenas mais um ditador que faz manobras pequenas, rasas, para se manter no poder. Ação semelhante faz Daniel Ortega, na Nicarágua, que foi de esquerda, assumiu o governo com discurso inflamado e se mantém no poder prendendo opositores. É uma esquerda retórica. Só existe nos discursos e nas declarações oficiais. Na prática, são simples ditaduras.

É a tragédia da esquerda na América Latina, que vive ainda no tempo em que Che Guevara tentava fazer a revolução nas selvas da Bolívia. Muitas águas passaram debaixo das pontes da história. O muro de Berlim caiu, a União

Soviética desapareceu, a China inventou o capitalismo comunista, mas as esquerdas nacionais continuam a repetir velhos slogans. São incapazes de olhar para o horizonte sem os antolhos da ideologia. É uma perda de tempo e de oportunidades sem tamanho.

O presidente Lula sabe que seu governo não dispõe de recursos financeiros necessários para promover o desenvolvimento. Mas não recorre a privatizações de empresas, nem promove ações que permitam estrangeiros fazer investimentos no Brasil. Ao contrário, prefere ampliar o poder do Estado, bem ao estilo dos falecidos governos comunistas do leste europeu. As oportunidades passam, e o país perde chances importantes.

A pobre Guiana, antiga Guiana inglesa, não se prendeu a discussões estéreis. Começou a explorar petróleo na sua margem equatorial. Agora, é o país que tem o maior crescimento de seu produto interno bruto (PIB), cerca de 33,9% neste ano. Essa maravilha se localiza na fronteira norte. Mas o governo discute se pode ou não explorar petróleo naquela região. Esquece que o negócio resgataria a população de sua pobreza secular e do esquecimento a que foi relegada pelo poder central desde que inventaram o Brasil.

Biocombustíveis são piores que petróleo

» MARCELO COUTINHO

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especialista na indústria do hidrogênio verde

O macroclima se deteriorou significativamente. Basta ligar o noticiário para ver os primeiros resultados disso. A transição energética começou tarde. Porém, ela vem ganhando celeridade. O mundo conseguiu frear bastante o aumento do uso dos combustíveis fósseis. A matriz elétrica mundial é cada vez mais limpa, e os carros elétricos seguem ganhando espaço. Isso é ainda insuficiente, mas é alguma coisa nada desprezível.

Os brasileiros estão cientes do desafio climático, embora ninguém queira pagar o preço da transição energética, mesmo que o preço de não fazer a transição seja muito maior, como nos mostrou o Rio Grande do Sul. Quando não é chuva demais e inundações, é a seca. Estudo recente publicado na revista *Nature Communications* mostra que a seca no Cerrado é a maior dos últimos sete séculos. O solo está, em média, tão quente que a água da chuva não chega aos aquíferos porque evapora antes. A seca também piora muito no Pantanal. E há um processo de desertificação na Caatinga que deve, agora, acelerar.

O Brasil que se tornou exemplo ao mundo por causa das fontes elétricas renováveis, agora, parece dar um passo em falso com os biocombustíveis, que emitem carbono e promovem a destruição dos biomas. Os biocombustíveis se tornaram mais lesivos para o clima do que o próprio petróleo por dois motivos. Primeiro, são também combustíveis orgânicos, e a mudança no uso da terra que os produz tornou-se a principal emissora de carbono do país, superando até mesmo o setor de transporte. Segundo, o aumento do cultivo de soja, milho e cana — com os quais se faz os biocombustíveis — tem deteriorado os solos e criado bolsões de calor bem no meio do país, o que acaba afetando as demais regiões.

O governo e o Congresso adicionaram, compulsoriamente, mais quantidades desses biocombustíveis na frota nacional. Etanol, biodiesel e similares vêm de plantas. Plantas precisam de terras, e essas terras cultivadas têm avançado sobre os biomas de uma forma cada vez mais agressiva, agravando, exponencialmente, as massas de ar quente e seco. No entanto, o lucro empresarial e conveniências políticas alimentam a ilusão nociva na sociedade de que os biocombustíveis são uma solução genial para combater as mudanças climáticas, sendo, na verdade, um dos vilões do aquecimento global.

Sendo bem claro: os incêndios florestais são propositais. O plano em andamento no país é destruir os biomas para continuar ampliando a produção de commodities, que afinal de contas é o que sustenta a economia brasileira. Antes era para atender a demanda chinesa crescente, sobretudo para o rebanho de porcos. Mas a China já não aumenta suas compras de grãos como nas últimas décadas, de modo que o agronegócio agora devasta as florestas e as matas brasileiras para produzir não somente alimentos de exportação, e, sim, principalmente biocombustíveis para uso local. Tudo isso com o incentivo do governo, que tenta apagar o fogo com etanol.

É um círculo vicioso. Precisamos das commodities, elas concentram os investimentos, incentivos fiscais e regulatórios, e passamos a depender ainda mais delas. Em 2015, publiquei um livro intitulado *Dependência Restaurada* que chamava atenção para esse problema que só se agravou desde então. Em resumo, antes éramos um país bastante industrializado e com parcerias internacionais diversificadas, nos últimos 20 anos voltamos a ser uma economia primária exportadora, sempre associada ao subdesenvolvimento. A novidade agora, é que esse primarismo econômico começou a se estender também para a produção de combustíveis de abastecimento interno.

A transição energética é uma excelente oportunidade para a reindustrialização brasileira que está sendo desperdiçada. O lógico seria o Brasil aproveitar a economia sustentável porque tem enormes vantagens comparativas. Mas se auto-engana com os lobbies ruralistas. A industrialização com os combustíveis verdes é a nossa última chance de sair de uma jaula fazendária, em que dependemos cada vez mais das commodities que, por sua vez, não solucionam os deficits fiscais estruturais. A maior das reformas agora é a reforma ecológica. Infelizmente, de última hora, houve uma movimentação nos bastidores, e o marco legal aprovado no Congresso quase duplicou o teto de emissão de carbono só para beneficiar fontes sujas de hidrogênio, sobretudo oriundas do etanol, que nunca vai se enquadrar às normas internacionais de descarbonização.

Embora a Lei do Hidrogênio, aprovada no país, não seja a ideal, o mais importante é que essa etapa foi concluída. O hidrogênio verde é a grande chance de o Brasil, finalmente, desenvolver-se, pois é o combustível limpo que o mundo está adotando, e temos vantagens comparativas. Não acontecerá da noite para o dia, mas deu-se início, sim, à corrida do ouro dos novos tempos.

O hidrogênio verde ainda é muito mais caro do que o hidrogênio cinza, e a infraestrutura de escoamento da produção levará alguns anos para ser instalada. Portanto, o ideal é disparar agora plantas de fábricas com produção menor, porém, viáveis economicamente, como no caso dos projetos da SL Energias no Maranhão, onde têm abundância de água e energia renovável, e também compradores, poderá haver uma fábrica de H2V no país. E com o tempo, vai-se ampliando a escala.



Suicídio: um ato complexo

» CARLOS FELIPE ALMEIDA D'OLIVEIRA

Médico e presidente da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio (Abeeps)

Recentemente, uma personalidade pública, de enorme alcance nas redes sociais, disse que a família tem culpa em casos de suicídio. A declaração feita em meio ao acalorado debate eleitoral para a gestão municipal da maior cidade do país demonstra não só irresponsabilidade, mas também desconhecimento sobre um fenômeno que é complexo e multifatorial. Infelizmente, não se trata de um episódio pontual, e o Brasil, apesar dos avanços alcançados nos últimos anos, parece ignorar que o suicídio é um problema de saúde pública.

Embora não apresente taxas médias elevadas em um contexto global, são preocupantes a tendência crescente de mortalidade por essa causa no país e o aumento dos índices em populações específicas. Entre 2010 e 2021, as taxas de mortalidade subiram 42%, passando para 7,5 suicídios por 100 mil habitantes. Em 2021, mais de 15.500 pessoas morreram no Brasil em decorrência do suicídio, o que significa uma morte a cada 34 minutos, de acordo com o Ministério da Saúde.

Os dados oficiais mostram aumento dos índices na população mais jovem e, também, entre os povos indígenas. A Região Sul aparece com a maior taxa de mortalidade por suicídio, sendo que o Rio Grande do Sul é o estado com o índice mais elevado. Os dados publicados ainda não refletem as consequências da tragédia climática que causa imensos prejuízos emocionais e financeiros para os gaúchos,

o que, certamente, terá reflexo nas estatísticas dos próximos anos.

Durante a Assembleia da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2013, o Brasil aprovou um acordo de redução da taxa de suicídio em 10% até 2020. Dessa data até então, como o tema foi tratado? Como as ações foram dirigidas para as populações com maior taxa de suicídio, aquelas que elevam a taxa nacional de mortalidade? Não encontramos respostas que permitam uma conclusão sobre o impacto das ações no comportamento suicida da população nesse período, inclusive, porque o problema não foi considerado prioritário e, portanto, suas ações, mesmo quando realizadas, não foram coordenadas dentro de uma proposta estratégica.

Por isso, a Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio (ABEPS) chama a atenção das autoridades federais, mais especificamente do Ministério da Saúde, para a urgência em reativar o Comitê Gestor responsável pela implantação da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Criado em 2020, o comitê foi dissolvido há um ano e meio para a designação de nova composição — após a mudança na gestão federal —, o que até agora não ocorreu. Sem um comitê gestor funcionando, atrasamos ainda mais a implantação de ações planejadas e duradouras, embaixadas cientificamente e com dotação orçamentária.

A organização de comitês locais, municipais ou regionais, pode constituir experiências de organização na sociedade em torno de um

problema que a impacta. É importante a participação de associações diversas de profissionais e comunitárias, forças de segurança, instituições religiosas, associações de sobreviventes enlutados e todos que queiram participar, motivadas pelo problema do suicídio em um determinado ambiente. A prevenção do suicídio exige ações coordenadas em várias esferas.

De 8 a 10 de agosto, uma parte dos inúmeros atores envolvidos nesse trabalho estará reunida em Brasília para debater abordagens inovadoras, pesquisas recentes e estratégias eficazes na prevenção do suicídio. A capital federal, que acolhe brasileiros de todas as regiões do país e estrangeiros das mais diversas nacionalidades, sediará a 5ª edição do Congresso Brasileiro de Prevenção do Suicídio. Serão três dias de programação intensa, presencial e on-line, para debater temas como as políticas públicas de prevenção, suicídio e envelhecimento, as novas tecnologias e o suicídio, prevenção no contexto escolar e o impacto nas populações indígenas.

Precisamos falar de prevenção do suicídio o ano todo, não apenas no mês de setembro. Informar a população e engajar os diferentes setores nas ações de prevenção evitará declarações infundadas e concepções errôneas que podem provocar danos acentuados sobre esse fenômeno extremamente complexo. Sabemos que a prevenção do suicídio não é tarefa fácil e nenhuma sociedade, em tempo algum, conseguiu impedir todos os casos. Mas, se não todas, considerável porção de mortes pode ser evitada.